

Governo usa transação tributária para viabilizar programa de saúde

Regulamentada desde 2020 e [sucesso no âmbito federal](#), a transação tributária é a aposta do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para viabilizar o funcionamento do recém-lançado programa Agora tem Especialistas, criado pela [Medida Provisória 1.301/2025](#).



Freepik

Transação tributária permitirá a hospitais privados trocar dívida por serviços prestados a pacientes do SUS

O objetivo do programa é reduzir o tempo de espera por atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS). E um dos meios para isso é credenciar hospitais privados, filantrópicos ou não, para prestação de serviços de média e alta complexidades: consultas, exames e cirurgias.

As instituições que aderirem terão condições especiais para obter a regularidade fiscal, requisito do programa. Para isso, terão à disposição a transação tributária por adesão.

E, uma vez que comecem a prestar serviços para usuários do SUS, poderão usar os valores que receberiam para abater essas dívidas tributárias já transacionadas a partir de janeiro de 2026.

Essa engenharia financeira foi construída pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal. A previsão é de que até R\$ 2 bilhões sejam abatidos de créditos tributários em 2026.

Segundo a PGFN, o país tem cerca de três mil hospitais e clínicas com mais de R\$ 34 bilhões de dívida. Esse é o cenário que aumenta a confiança do governo em ampla adesão. Para abater dívidas altas, será preciso atender a muitos pacientes do SUS.

“A transação tributária é uma política pública lançada em 2020. Nós já fizemos mais de três milhões de acordos. É uma política de regularidade fiscal que tem confiança do contribuinte e das bancas de advocacia”, destacou a procuradora-geral da Fazenda Nacional, **Anelize Almeida**.

Em conversa com jornalistas, ela destacou as amplas vantagens oferecidas pela PGFN para atrair os hospitais privados ao programa.

Como funciona

Para aderir ao programa Agora Tem Especialista, cada hospital precisa procurar o Ministério da Saúde, onde será feita uma triagem inicial. Se a adesão for uma possibilidade, o caso é encaminhado à PGFN para avaliar a regularidade fiscal.

A partir desse momento, será possível fazer a transação tributária por adesão, via [portal Regularize](#) da PGFN, e a partir das informações pré-cadastradas. Essa forma (por adesão), por ser mais ágil, é vista como trunfo pelo governo.

A partir do valor da dívida e da capacidade financeira de cada hospital, será possível obter parcelamento com até 100% de desconto nos juros, multas e encargos legais. Além disso, haverá descontos de até 70% no valor da dívida principal.

Essas dívidas poderão ser pagas em até 145 meses (Santas Casas de Misericórdia, cooperativas e organizações da sociedade civil) ou 120

Diogo Zacarias/MF



Anelize Almeida, procuradora-geral da Fazenda Nacional, falou com jornalistas sobre o programa Agora Tem Especialistas

meses (demais casos).

Para quem aderir imediatamente, as parcelas até janeiro de 2026 terão valor mínimo de 0,3% sobre o total negociado (após os descontos). Se a adesão for feita a partir de outubro, o governo garante os três primeiros meses nessas condições.

Transação tributária e pagamento

Em um exemplo hipotético, um hospital com R\$ 1 milhão de dívida tributária que obtenha 70% de desconto e adira ao programa começará a quitar o débito pagando R\$ 900 por mês. Posteriormente, o valor vai depender do número de parcelas.

As primeiras parcelas são propositalmente baixas para permitir uma folga orçamentária para essas instituições, que terão de se preparar para absorver um número maior de pacientes ao prestar serviços para o SUS.

Cada consulta, exame ou cirurgia feito no âmbito do programa vai gerar créditos atestados pelo Ministério da Saúde e que, a partir de janeiro de 2026, poderão ser levados à PGFN para abater as parcelas da dívida ou tributos vencidos.

Se o valor amealhado por um hospital com pacientes do SUS for superior ao valor da parcela fixada na transação tributária, por exemplo, será possível usar o excedente para pagar tributos ordinários devidos à PGFN no mês de exercício.

O programa ainda prevê a exclusão do hospital que atrasar seis parcelas — prazo maior do que o praticado em programas de regularização fiscal. E ainda assim a exclusão não será automática, mas após notificação para pagamento.

Sustentabilidade tributária

Segundo a procuradora-geral da Fazenda Nacional, a ideia é incentivar a sustentabilidade tributária dos hospitais a longo prazo, considerando que o programa Agora Tem Especialista vai durar até 2030 e as transações têm prazo de até 12 anos.

“Não tem nada pior do que negociar uma transação e a empresa morrer na praia. Eu preciso que o contribuinte tenha sustentabilidade para continuar gerando recursos e tributos a pagar”, destacou Anelize Almeida.

Em sua análise, a forma como o programa foi gestado leva a transação tributária a promover real impacto social. “Vamos converter crédito financeiro e passíveis fiscais em prestação de serviço público.”

Anelize afirmou ainda que o limite anual de R\$ 2 bilhões para créditos não gera o risco de o programa ser encerrado prematuramente, como foi o caso do Perse (para o setor de eventos), que [atingiu o teto no último mês de março](#), com dois anos de antecedência.

“Se pegarmos 100% dos hospitais com dívida e todos aderirem, com descontos e parcelamentos, ainda assim R\$ 2 bilhões nesse universo é muito crédito financeiro. É suficiente para fazer todos os atendimentos. O crédito financeiro não será um limitador.”

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jun-26/governo-usa-transacao-tributaria-para-viabilizar-novo-programa-de-saude/>